

## ESPAÇO POLÍTICO E TENSÃO DEMOCRÁTICA: OS PROTESTOS RECENTES E A POTÊNCIA POLÍTICA DAS RUAS<sup>1</sup>

Espacio político y tensión democrática: los protestos recientes y la potencia política de las calles

Political space and democratic tension: the recent protests and the political power of the streets

### RESUMO

Este artigo busca analisar a potência política das ruas. Aborda-se, à luz de mobilizações políticas contemporâneas, a transformação de espaços do cotidiano social em recurso para a ação política. Este é o objetivo do texto, analisar, com base em episódios do ciclo de protestos recentes, a exemplo das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil, o poder das ruas, sua potência política e a conexão existente entre essas arenas e os espaços de decisão. Acredita-se que certas manifestações políticas transformam logradouros públicos em espaços políticos abertos. Nesse sentido, fez-se uma breve discussão sobre o debate contemporâneo a respeito do espaço público para delinear uma distinção entre esse e o espaço político aberto e problematizar as condições pelas quais espaços de sociabilidade transformam-se em espaços de conflito e ação. Procurou-se, através de um levantamento empírico, explicitar a tensão entre as instituições e as ruas, bem como a potência política dessa última. Notar-se-á que diferentes manifestações políticas criam tipos ou subcategorias de espaços políticos.

**Palavras-chave:** Espaço político; Potência política; Tensão democrática.

### RESUMEN

Espacio político y tensión democrática: las protestas recientes y la fuerza política en las calles de Brasil. Resumen: Este artículo busca analizar la fuerza política en las calles. Se aborda, guiada por las movilizaciones políticas contemporâneas, la transformación de los espacios cotidianos sociales con los recursos de la acción política. El objetivo del texto es analizar, teniendo como referencia los episodios de protestas recientes, como ejemplo las manifestaciones que pasaron en Junio de 2012 en Brasil, el poder de las calles, su fuerza política y la conexión existente entre ellas y los

### Sérgio Borges

Doutorando em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

sergioborges25@gmail.com

Artigo recebido em:

Primeiro semestre de 2018

Artigo publicado em:

09/08/2018

**1 -** O presente trabalho é fruto das ideias apresentadas durante uma palestra no Seminário Internacional Espaços públicos – Espaços políticos, ocorrido entre os dias 06 e 07 de junho de 2017 no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

espacios de decisión. Se cree que determinadas manifestaciones políticas transforman los espacios públicos en espacios políticos abiertos. En ese sentido, el texto hace una breve discusión sobre el debate contemporáneo acerca del espacio público para establecer una distinción entre eso y el espacio político abierto y reflexionar sobre las condiciones por las cuales espacios de sociabilidad se transforman en espacios de conflicto y acción. Intentó, a través de un estudio empírico, explicar la tensión entre las instituciones y las calles y el poder político de este último. Se observará que los diferentes tipos o manifestaciones políticas crean espacios políticos en subcategorías.

**Palabras-clave:** Espacio político; Potencia política; Tensión democrática.

## ABSTRACT

This paper aims to analyze the potential political power of the streets. The approach, in the light of contemporary political mobilizations, is the transformation of social everyday spaces into a resource for political action. This text analyzes the power of the streets based on the cycle of recent protests in Brazil, such as the Journeys of June 2013, as well as their political power and the connection between these arenas and the spaces of decision. It is assumed that certain political manifestations turn public places into open political spaces. In this sense, a brief discussion was made on the contemporary debate about the public space to delineate a distinction between the public space and the open political space in order to problematize the conditions by which spaces of sociability become spaces of conflict and action. Through an empirical survey, it is attempted to explain the tension between institutions and the streets, as well as their the political power. It will be noted that different political manifestations create types or subcategories of political spaces.

**Keywords:** Political space; Political power; Democratic tension.

## INTRODUÇÃO

O ambiente político internacional dos anos finais da primeira década do presente século foi agitado por protestos de massa, manifestações de rua e rupturas políticas. A indignação generalizada que emergiu de praças e vias públicas espalhadas pelo mundo expôs frustrações populares, indignação com injustiças e opressões, um senti-

mento de decepção e descrença em relação às instituições políticas, o descontentamento com democracias disjuntivas, mas, também, a esperança nas promessas democráticas e a ânsia por mudanças.

As mobilizações irromperam, inicialmente na Islândia e na Tunísia, ao mesmo tempo, foram noticiadas e ou transmi-



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

tidas instantaneamente para outras partes do mundo, do local ao global, pelas redes sociais e tecnológicas. Estas passam a desempenhar um papel central na estruturação dos episódios de confronto recentes – organização, mobilização e ação coletiva –, ou seja, tanto nas estratégias de organização e ação local quanto na conexão, interação e ação de ativistas fisicamente distantes, porém unidos por interesses comuns.

No Brasil, as Jornadas de Junho de 2013<sup>2</sup> sacudiram os alicerces das instituições políticas, corroídas pela corrupção e pela má gestão pública. O terremoto político sacolejou a ordem instalada e rompeu com a quietude política que há tempos anestesava as mobilizações políticas no país. Não só isso, os protestos dos últimos anos representou a redescoberta do poder e do potencial político das ruas, assim como pôs em relevo o nexos existente a praça e o palácio – espaços políticos exclusivos (poder instituído) e os espaços políticos abertos (poder instituinte).

Isso tem ocorrido em um contexto onde é possível encontrar, notadamente, uma série de trabalhos com prognósticos negativos a respeito da condição e do destino de espaços públicos de grandes metrópoles, bem como posicionamentos que defendem a existência de um processo de recuo desses espaços tanto no que se refere à extensão física quanto em relação à função, a exemplo da ausência de sociabilidade. Essa discussão será melhor aprofundada na seção dois.

Ao mesmo tempo, observa-se que tem havido uma profusão de escritos que valorizam, em demasia, o papel da internet e das novas tecnologias para as ações coletivas e para os movimentos sociais contemporâneos, resvalando em uma negligência com a dimensão espacial do fenômeno político e, por conseguinte, em relação à importância do espaço comum e do espaço político para a ação política.

Diante disso e dos estímulos lançados pelos organizadores do Seminário Internacional Espaços públicos - Espaços políticos, considerou-se ser bastante oportuno refletir sobre a conversão de ruas e praças em espaços políticos abertos, bem como sobre a conexão existente entre estes e os espaços de decisão política. Os palestrantes do referido Seminário foram convidados a responder Sob quais condições os espaços públicos tornam-se espaços políticos?.

Faz-se necessário, de início, dizer que o espaço político aberto é aquele lugar qualificado pela política ou por fenômenos políticos, fundado pelo agir intencional, ou seja, pelo fito de instituir uma mudança legítima e abrangente a um público. São ruas e praças transformadas em arenas políticas de demandas (CASTRO, 2017a), espaços efêmeros de movimentos (CORNWALL, 2002). Assumem, pela própria diversidade do social, dos repertórios do confronto e da materialidade, diferentes formas categorizáveis em espaço político competitivo (EPC), espaço político reativo (EPR) e espaço político

*2 - As Jornadas de Junho foram uma onda de manifestações iniciadas em São Paulo, em junho de 2013, contra o aumento da tarifa do transporte público. Logo, os protestos se espalharam por várias cidades brasileiras e outras reivindicações sociais surgiram: gastos públicos com os eventos esportivos, a má qualidade dos serviços públicos de saúde e educação, a indignação com a corrupção política em geral etc.*

pró-ativo (EPPA); enquanto que os espaços políticos exclusivos são os Paramentos, as Assembleias ou Câmaras Legislativas, ou seja, espaços onde interesses comuns são debatidos e o resultado, as decisões políticas, afetam o conjunto da sociedade.

Com base nessas ideias iniciais, o presente artigo foi estruturado em três partes. Na primeira, discute-se a relação entre rua e política e aponta para a potência de logradouros públicos quando transformados em espaços de conflito e ação. Em seguida, buscou-se fazer uma distinção entre práticas cotidianas e ações com implicações substantivas sobre mudanças políticas. Por fim, procurou-se, através de um levantamento empírico, explicitar a tensão entre as instituições e as ruas, bem como a potência política dessa última.

## 1. A POLÍTICA DAS RUAS

*Occupy! Vem pra rua! Reclaim the Streets!*. Essas e tantas outras expressões forjadas por coletivos e movimentos políticos fazem alusão à rua e à presença de indivíduos nos espaços abertos das cidades. Dotadas de grande força imperativa, essas frases aparecem com frequência como slogan ou grito de guerra em episódio de confronto político ou de movimentos sociais.

“Manifestantes tomaram as ruas...”, “Nas ruas, milhares protestaram...”, “Centenas de pessoas saíram às ruas para protestar...” É bem comum encontrar manchetes como essas em jornais e revistas como destaque noticiário para episódios políti-

cos e para a conseqüente transformação de ruas e praças em espaços políticos abertos.

Frases e palavras como essas chamam atenção para uma condição essencial da rua: a potência política. A Praça é do povo, já dizia o poeta. As demonstrações de rua revelam que uma multidão está indignada com o Palácio. Essa relação, tensão permanente entre a rua (Praça) e as instituições dos poderes constituídos (Palácio), subjaz à democracia moderna.

Esse nexos existente entre ruas e arenas institucionais revela que a rua é, em certos momentos e sob determinadas condições, convertida em espaço político aberto. A rua é transformada em um campo para a pressão popular, para a expressão de insatisfações<sup>3</sup>, reivindicações e para demonstrações da vontade coletiva por mudanças.

Nesse sentido, observa-se um potencial político nas ruas quando nelas irrompem manifestações políticas com reivindicações legítimas. Isso ocorre quando ativistas e manifestantes agem para: (i.) comunicar – indivíduos movem-se com o objetivo direto de informar, emitir, influir e formar uma opinião; (ii.) contestar e pressionar – sugerir o debate político; e (iii.) obter um efeito político abrangente – influenciar a agenda governamental ou interferir nas decisões políticas. Essa potência política torna-se explícita nos protestos recentes, uma vez que a rua é utilizada como um recurso de luta para a conquista de resultados políticos específicos.

O ponto de partida do traba-

3 - *A expressividade é considerada por Olivier Fillieule (1997) como um dos elementos mais importantes de definição da manifestação política.*



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

lho é: o espaço político aberto surge quando espaços comuns, lugares da convivência fugaz, da atividade cotidiana, do encontro, do festejo e da celebração, transformam-se em uma arena onde pessoas comuns, com objetivos convergentes ou interesses em comum<sup>4</sup>, enfrentam um desafio individual e coletivo, expressando reivindicações e ou o desejo por mudança social (e códigos culturais), as quais são direcionadas a governantes, elites, autoridades...

Demonstrações de rua recentes corroboram com isso. Em diversos episódios de confronto político do ciclo de protestos pós-2008 tornou-se evidente que a rua é um recurso democrático para a ação política, capaz de obter efeitos abrangentes sobre a sociedade.

**Julho de 2017:** o presidente da Polônia vetou duas leis controversas que promoveriam uma reforma da Suprema Corte do país e do Conselho Nacional de Magistratura. Aprovada pelo

parlamento, a medida provocou oito dias de intensos protestos no país (Figuras 1 e 2) passeatas nas seguintes cidades: Cracóvia, Paris, Bruxelas e Londres. Para os críticos, a reforma ampliaria o controle do partido sobre o sistema judiciário e reduziria a independência da instituição.

**Abril de 2017:** milhares de manifestantes protestaram no Paraguai após o senado aprovar um projeto de emenda à Constituição que permitiria a candidatura e uma possível reeleição do então presidente Horacio Cartes. A aprovação da medida motivou violentos protestos em Assunção. O confronto se espalhou por diversas ruas do centro da cidade e desaguou em um incêndio parcial do Congresso e na morte de um dirigente juvenil opositor do governo. Após esses acontecimentos e da forte pressão de opositores, o presidente anunciou que não buscará um novo mandato e, no final do mês, a Câmara de Deputados arquivou o projeto.

## FIGURAS 1 e 2: Manifestantes acendem vela em frente ao edifício do Parlamento durante o protesto contra a reforma, em Varsóvia. 21.07.2017



4 - É importante salientar que o espaço político aberto congrega, ao contrário do que possa parecer, uma diversidade de atores e reivindicações, bem como múltiplas bandeiras e palavras de ordem, vide as Jornadas de Junho.



Fonte: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/21/album-02/1500632763\\_563573.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/21/album-02/1500632763_563573.html)> .

Fevereiro de 2017: milhares de manifestantes saíram às ruas em Bucareste, Romênia (Figuras 3 e 4), por seis dias consecutivos contra a aprovação de um polêmico projeto de lei que despenalizaria alguns crimes de corrupção ativa e

passiva e conflitos de interesse. Após a maior e mais ostensiva onda de protestos ocorrida no país desde 1989, o governo recuou e anunciou a revogação do decreto-lei e levou o ministro da justiça a renunciar ao cargo.

**FIGURA 3: Milhares de romenos protestaram em frente à sede do governo no Palácio Victoria em Bucareste. 29.01.2017.**



Fonte: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2017/01/29/protesto-contradiscriminacao-da-corrupcao-reune-60-mil-romenos.htm?cmpid=copiaecola>>.

**GEOGRAFARES**

Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

**FIGURA 4: Mais de meio milhão de pessoas saíram às ruas em protesto contra o governo. 04.02.2017.**



Fonte: <<http://pt.ejo.ch/media-e-politica/outra-questao-papel-do-jornalismo-nos-protestos-na-romenia>>.

**2013:** uma onda de protestos teve início em Istambul, Turquia, para impedir a derrubada do Parque Taksim Gezi (Figuras 5 e 6). O governo pretendia construir um centro comercial no local. Depois de quase uma

semana de intensos protestos e confronto entre polícia e manifestantes, o primeiro ministro turco, Recep Tayyip Erdogan, anunciou que não mais iria construir o centro comercial no local do parque.

**FIGURA 5: Manifestantes fazem fogueira na Praça Taskim, em Istambul. 02/06/2013.**



Fonte: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/06/manifestantes-turcos-seguem-ocupando-a-praca-taksim-de-istambul.html>>.



visam revelar a existência de rivalidades dentro de um sistema constituído; **reativo**, formado a partir das ações voltadas para a defesa de direitos ameaçados; e **pró-ativo**, quando a principal característica é a reivindicação de direitos ainda não conquistados<sup>6</sup>. Esses tipos de espaços políticos abertos serão apresentados ao longo do trabalho com base em exemplos extraídos de diversas partes do mundo.

## 2. A MICROPOLÍTICA DO COTIDIANO E O ESPAÇO POLÍTICO

Há uma forte concepção estabelecida com base em um tipo ideal mitológico – a ágora grega<sup>7</sup>, que tende a considerar, ruas e praças – o espaço público – como o espaço da cidadania e, por sua vez, a qualificá-los, apressadamente, com o adjetivo político, sem se refletir profundamente sobre a natureza das práticas dos seus usuários. Adeptos dessa perspectiva sociológica<sup>8</sup> partem do pressuposto segundo o qual qualquer situação social é política e acreditam que, independente da prática do cidadão (uso) ou da intencionalidade do indivíduo, ela também será política, a exemplo do simples ato de caminhar ou de se sentar em um banco de uma determinada praça.

Monteiro (2006) faz uma crítica a essa glorificação do espaço urbano moderno como o lugar da liberdade e debates, ou, em outras palavras, como o espaço da cidadania. O autor chama atenção para a referência feita por diversos pensadores e

urbanistas, qualificados por ele como pós-modernos, a um passado mítico e para a forte tendência à idealização dos pontos de encontro e convivência sociais modernos.

Constata-se que esse eixo analítico é o mais vulgar nas ciências sociais e que ele é acompanhado por um generalizado diagnóstico sobre a morte da vida pública na experiência social moderna (ou implosão da vida pública na cidade moderna), em decorrência de uma suposta decadência ou desaparecimento do espaço público (àquele mitológico), de modo que se torna oportuno refletir sobre o ideal moderno de espaço público, bem como compreender a condição, o caráter e a natureza desses no mundo contemporâneo.

As principais causas para essa “implosão da experiência de vida pública na cidade moderna” (CALDEIRA, 2003) são, no geral, atribuídas: (i) ao planejamento urbano modernista, (ii) à violência urbana, incivildades, intolerância e discriminação, e (iii) à degradação ou deterioração dos espaços abertos de uso comum; o que leva Rogério Leite (2008) a identificar a existência de um “generalizado obituário” em torno da “discussão contemporânea sobre cidades e vida urbana”.

Mitchell (1995), ao problematizar sobre o fim do espaço público, defende a ideia de que a natureza desses espaços na sociedade contemporânea está mudando – mudanças de ideias e práticas. O autor parte de um estudo de caso nos Estados

6 - Essa tipologia foi inspirada em um trio de categorias proposto por Tilly (1995) para o confronto político.

7 - Posição também defendida por Lévy e Lussault (2003).

8 - Machado (2013, p.265) argumenta que esse tipo de abordagem dificulta “identificar os processos sociais que trazem implicações políticas substanciais e que, de fato, constituem o motor da transformação do social”.

Unidos para examinar o papel que o espaço público desempenha nas democracias modernas; ele chega à conclusão que à medida que esses sofrem um processo de privatização ocorre, conseqüentemente, a limitação da possibilidade de ação e, por sua vez, a perda da sua função política<sup>9</sup>. Assim como Caldeira (2003) e Leite (2008), Mitchell parte de uma perspectiva que faz dos logradouros públicos o espaço mítico da democracia e da cidadania.

Em suas análises sobre esses tipos de espaços, alguns estudiosos como Serpa (2004) e Gomes (2012, 2005) partilham desse mesmo ângulo analítico. Ambos os autores atribuem um caráter político intrínseco aos espaços do cotidiano social. Além desses, Staeheli & Mitchell (2006) também enxergam a presença de um potencial político no espaço público. Os autores analisam o processo de emergência de *shoppings centres* nas cidades norte-americanas e a anunciação desses ambientes como a nova praça da cidade. O fato é que Staeheli & Mitchell questionam e argumentam contra aqueles que tendem a considerar os centros comerciais como sendo o “novo coração da vida pública e social” (p.977), isto é, os autores abordam a situação de abandono de lugares históricos de sociabilidade pelos cidadãos e o processo de apropriação desses ambientes por moradores de rua e traficantes de drogas, sendo estes responsáveis por criar sensações de ameaça ou insegurança a muitas pessoas. Esse é um dos pontos em torno

do qual converge o pensamento daqueles que idealizam o espaço público moderno.

Nesse debate contemporâneo, Leite (2008) avança que o espaço público não existe *a priori* como rua ou praça, por exemplo, pois ele não antecede ações e espaços. Essa sugestão analítica é problemática na medida em que indica que qualquer espaço da cidade pode ser transformado em um espaço público, pois estes são considerados, sobretudo, uma construção social. O espaço público, sob esta perspectiva, não é algo dado; ele se constitui a partir de ações e ou prática sociais. De acordo com Leite, “em uma rua, a despeito de ter fluxo contínuo de pessoas em movimento, a ausência de *ações* voltadas à interação pública de diferentes pontos de vista faz com que inexista uma qualificação política que possa distingui-la como espaço público” (LEITE, 2008, p.48).

Entretanto, o autor não avança em termos propositivos no sentido de repensar e reconceituar os diferentes espaços abertos de uso comum com base nas diferentes ações realizadas pelos indivíduos. Ao refutar a ideia corrente de perda ou de prejuízo de um suposto caráter político dos espaços públicos, em decorrência de obras de reconstrução urbana, o autor dá como exemplo as reformas realizadas no Marco Zero, em Recife, durante os anos de 1990, responsáveis pelo fim de uma “pequena pracinha com bancos de madeira, onde se podia, à sombra das suas árvores, conversar a qualquer hora do dia”

9 - *Posicionamento também defendido por Gomes (2005) e Serpa (2007).*



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

**10** - O autor atribui essa visão àqueles que ele denomina como urbanistas pós-modernos.

**11** - No original: “la ‘piazza’ non è sede di discussione, dove si vada per dibattere un problema e decidere di conseguenza. Coloro che vi confluiscano lo fanno perché hanno uno scopo comune, in qualche modo già prestabilito. (...) A differenza dell’agorà classica, la ‘piazza’ tanto nei regimi autocratici, quanto nei regimi di democrazia indiretta o rappresentativa, non è neppure un luogo dove si prendano decisioni: le decisioni che contano o sono già prese dagli stessi partecipanti (si manifesta perché si vuole un certo provvedimento o si contesta un provvedimento già preso), oppure dallo stesso dittatore (e la folla parla per monosillabi: ‘Sì’, ‘No’, ‘A noi!’)”.

(op. cit., p.38). No lugar da praça surgiu um enorme vazio, o resultado foi:

a transformação de um espaço que tinha potencial para o encontro público em um espaço para espetáculos públicos. Sem bancos e sem sombra, o novo Largo do Marco Zero repetia uma experiência comum nas metrópoles brasileiras: a remoção dos utensílios urbanos que asseguravam a permanência fortuita de pessoas nos locais.

Por outro lado, o Largo passou a abrigar atos públicos, “tornando-se um dos espaços mais centrais e de maior *visibilidade pública* do Bairro que, por sua vez, já havia se transformado em uma *centralidade do Recife*” (op. cit., p.40, grifo nosso). O que chama atenção nessa análise é que mesmo ao atribuir grande importância à ação, o autor é incapaz de perceber como práticas sociais distintas dão qualidades diferentes aos espaços, modificando a sua substância e transformando o seu caráter. Desse modo, Leite (2008) incorre na tendência geral de enxergar uma essência política no espaço público, inspirada na ideia de arena de deliberação e espaço da cidadania, ou seja, que o espaço público moderno é um equivalente da ágora grega. Essa visão busca trazer à tona “uma (suposta) idade de ouro do espaço público, local onde o dissenso acontecia e a cidadania se construía” (MONTEIRO<sup>10</sup>, 2006, p. 209).

Pelo contrário, o espaço público moderno não é uma arena de encontro e discussão de assuntos públicos. De acordo com Bobbio (1986):

a “praça” não é um fórum de discussão, onde você vai para debater um problema e decidir em conformidade. Nela se reúnem porque já têm um propósito comum, de alguma forma já pré-determinado. (...) Ao contrário da ágora clássica, a “praça” tanto em regimes autocráticos, como nos regimes de democracia indireta ou repre-

sentativa, não é um lugar onde você toma decisões: decisões que contam já estão tomadas pelos próprios manifestantes (que se manifestam porque querem tomar uma determinada ação ou contestar uma decisão já tomada), ou pelo ditador (e a multidão fala em monosílabos: “sim”, “não”, “para nós”) (BOBBIO, 1986, p.2 apud MACHADO FILHO, 2016)<sup>11</sup>.

É interessante notar que, ao mesmo tempo em que a difusão dessas interpretações pessimistas e a denúncia de perda da presumida essência política da ágora moderna, tem-se adquirido fôlego a defesa e o enaltecimento do espaço público como arena do debate público e político, especialmente após o ciclo de protestos pós-2008.

Diante desse debate, é possível avançar rumo a três considerações. A primeira delas é que há uma concepção idealista sobre os espaços abertos de uso comum, baseada numa dificuldade de perceber que práticas sociais e intencionalidades distintas alteram a natureza dos espaços; essa miopia intelectual é caudatária da postura ideológica daqueles que idealizam de forma conservadora um passado mítico, de forma acrítica e abandonando a historicidade. Segunda, essa visão nostálgica atribui um valor político imamente a todos os fenômenos sociais, de modo a considerar que tudo é política ou que ela está em toda parte. A terceira consideração conclusiva é que o espaço público é um conceito em expansão (TOMAS, 2001), tão amplo quanto impreciso ao ponto dele ter se tornado em uma categoria com graves limitações explicativas. Como consequência dessa névoa obscura em torno da noção de espaço público, o uso de adjetivos auxiliares e outros complementos

têm sido aplicados, por estudiosos que trabalham com o conceito, com o intuito de especificar e deixar claro o que se entende por espaço público, sua natureza, função e o caráter que ele assume<sup>12</sup>.

Pelos motivos exposto até aqui, considera-se um equívoco a utilização da categoria espaço público na tentativa de dar conta de certos fenômenos políticos. Todo esse imbróglio impulsiona a consolidação de um conceito alternativo, espaço político. Os fundamentos desse, sua consistência teórico-conceitual e sua aplicabilidade serão desenvolvidos na pesquisa.

### *Quando o político entra em cena*

Os espaços cotidianos da rua e da praça são locais da experiência ordinária do indivíduo urbano e da micropolítica cidadina, onde cidadãos exercem seus direitos espaciais – de ir e vir (por exemplo) – e deveres escritos em leis (TONKISS, 2005), ao mesmo tempo em que negociam sua presença com outros indivíduos e agentes de governo, modos de uso e formas de ocupação.

Considerando a rua como a unidade básica da vida pública na cidade, conforme sugere Tonkiss, permite-se compreender os espaços abertos compartilhados como local de encontros informais, de interação e troca social, mediadas por regras tácitas ou formalmente instituídas e códigos sociais de condutas que podem coibir, restringir ou

condenar moralmente certas práticas; logo, estão submetidos ao controle e à regulação de governantes, disciplinado e normatizado por leis.

Esses argumentos são, de modo inalterável, invocados pelos os que advogam a versão mais literal sobre esses espaços, aquela baseada em um tipo ideal e em uma noção de público como comunidade política, para considerar os espaços públicos como uma expressão da cidadania e da cultura cívica, ou seja, um espaço virtuoso regido por práticas essencialmente políticas.

Longe de querer negar a micropolítica dos espaços abertos compartilhados, considera-se ruas, praças, parques e praias como espaços onde a civilidade está presente, porém, esta é o político sem a política ou uma política de forte componente interativo (LÉVY & LUSSAULT, 2003), sem que necessariamente os embates decorrentes do seu uso assumam a dimensão de um problema público e exija a mediação de autoridades competentes.

Esses espaços têm sim a política como fundamento. É o que possibilita que a diversidade da pluralidade humana presente, representada pelas diferenças individuais, e que os conflitos decorrentes desse compartilhamento não descambe para a violência. Disso, pode-se depreender-se que a micropolítica organiza a vida social nesses espaços e as disputas inerentes ao uso partilhado desses ambientes.

**12** - Matos e Silva (2009, grifos nosso) fala em: “espaço público político” e em “espaço público forte”; Lee (2009, grifo nosso) em: “espaço público de significância política”; Abrahão (2008, grifo nosso) fala em: “espaço público político”; Tonkiss (2005) em: “a política do espaço público” e Geiger (2005, grifo nosso) fala em: “espaço público aberto”.

Por sua vez, quando um problema da vida pública emerge, adquire destaque, é debatido, problematizado e convertido em demonstrações públicas, pois mobilizou uma ação coletiva, cuja intenção é expressar, influenciar e constituir uma opinião capaz de confrontar contendor e com o potencial de obter efeitos políticos abrangentes tem-se aí a manifestação da potência política da rua, que transborda aquela de cunho interacional ou a micropolítica ordinária.

Quando determinada tensão entre reclamantes e adversários torna-se explícita, assumindo a forma de confronto político, ocorre a conversão de lugares abertos compartilhados – praças e vias públicas – em espaços políticos e revela-se a interação entre o instituído e a força que busca instituir certa mudança política e social.

E quando espaços públicos são ocupados e utilizados para a realização de ações políticas, pondo em segundo plano rotinas realizadas cotidianamente em ruas, praças e praias, por exemplo, tem-se a emergência de um espaço político aberto. Dessa transformação, três elementos distintivos aparecem: (i.) comunicar – indivíduos movem-se com o objetivo direto de informar, emitir uma opinião; (ii.) contestar e pressionar – suggestionar o debate político; e (iii.) obter um efeito político abrangente – influenciar a agenda governamental ou interferir nas decisões políticas.

O espaço político é, nes-

ses termos, “um lugar onde o homem age coletivamente com uma intenção [– instituir uma mudança política]” (CASTRO, 2017b, pg??. grifo nosso). Alguns exemplos podem ajudar a entender melhor como isso se dá e a pensar como diferentes tipos de mobilizações: de ambientalistas, protestos estudantis, de minorias, seus objetivos e os espaços escolhidos criam tipos de espaços políticos abertos.

A Praça Mohamed, em *Sidi Bouzid*, na Tunísia, berço da Primavera Árabe, representa bem o primeiro tipo, Espaço político competitivo (EPC). Em 2010, as ruas e praças de Tunis e outras cidades do país foram transformadas por milhares de manifestantes contrários ao regime autoritário personificado pelo presidente Zine El Abidine Ben Ali, que ficou no poder durante 23 anos. O espaço político competitivo foi acionado por performances contenciosas. Ruas e praças transformaram-se em uma grande arena política competitiva para a manifestação de uma oposição e rivalidade coletiva ao sistema de governo instituído e às implicações práticas desse na vida dos tunisianos.

Outros países da Primavera Árabe, Egito, Iêmen e Líbia, também são exemplos de protestos populares que fomentaram a deposição de ditadores em revoluções iniciadas pelo povo. Espaços políticos competitivos rivalizaram com os sistemas dominantes e competiram para implodir o *status quo* instaurado nesses países.

Entre 2011 e 2012, diversas demonstrações públicas ocorreram na Europa. A Praça Syntagma, em Atenas, Grécia, metamorfoseou-se em um Espaço político reativo (EPR), onde os gregos se manifestaram contra medidas de austeridades apontadas pela Troika<sup>13</sup> para impedir o *default* do país, que enfrentava uma grave crise financeira.

Assim como na Grécia, desde 2016, ruas e praças francesas estão sendo convertidas em Espaços políticos reativos. Os franceses vêm reagindo contra o programa de reforma trabalhista proposta pelo ex-presidente François Hollande e levada à diante pelo seu sucessor, Emmanuel Macron. A insatisfação social é grande, uma vez que os franceses temem a perda de direitos trabalhista já conquistados<sup>14</sup>.

Na Austrália, em 2017, milhares de manifestantes transformaram ruas de Sidney em Espaço político pró-ativo (EPPA) para reivindicar pela igualdade de direitos e a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em 2013, na França, as ruas de Paris, a Praça Denfert Rochereau e a Praça da Bastilha também manifestaram sua potência política quando milhares de pessoas pediram a aprovação do casamento gay e a permissão para a adoção de crianças por homossexuais<sup>15</sup>.

### 3. TENSÃO DEMOCRÁTICA E NEXO ENTRE OS ESPAÇOS POLÍTICOS

Manifestações de rua significam a multidão de pessoas indignadas com os palácios.

A praça reúne muitos indivíduos, a sua forma aberta permite livres discussões.

Quem para ela se dirige tem alvo comum: reivindicar direitos, ouvir líderes. (ROMANO, 2013)<sup>16</sup>.

Vista do palácio, a praça é o lugar da liberdade licenciosa;  
visto da praça, o palácio é o lugar do poder arbitrário.

Se cai a praça, o palácio também é destinado a cair.

(BOBBIO, 1986, Il Palazzo e la Piazza.)<sup>17</sup>.

A metáfora utilizada por Norberto Bobbio para se referir à relação existente entre governantes e governados revela uma essência das democracias modernas de massas – o nexo entre os espaços da política e a conexão entre governo e sociedade civil –, que não pode, de modo algum, ser negligenciada ou relegada a um segundo plano pela Geografia Política.

Innerarity (2017) lembra que essa tensão entre as instituições e a rua é uma idiosincrasia própria da democracia, esta sendo entendida como um formato político e uma prática social (CASTRO, 2013), portanto, como um problema para a Geografia.

Para verificar o potencial das ruas e praças, “espaços públicos do cotidiano social que se metamorfoseiam em arenas de demandas, conflitos e ação, o que os investe de evidente caráter político” como espaços políticos abertos (CASTRO, 2017b, s.p.), e em analisar e evidenciar o nexo existente entre as ruas e as instituições políticas, realizou-se um levantamento sistemático de iniciativas legisla-

**13** - Instituição formada pela: Comissão Europeia (CE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE).

**14** - Ver em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/protestos-contra-reforma-trabalhista-de-hollande-tem-confrontos-na-franca.html>> .

**15** - Mais detalhe em: <<http://veja.abril.com.br/mundo/pas-seata-a-favor-do-casamento-gay-reune-milhares-na-franca/>> .

**16** - Roberto Romano, *Demofobia em marcha, Estadão*, publicado em 30 de Junho de 2013. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,demofobia-em-marcha-imp-,1048604>. Acessado em 02 de Junho de 2017>.

**17** - “Vista dal palazzo la piazza è il luogo della libertà licenziosa; visto dalla piazza è il luogo dell’arbitrio del potere. Se cada l’uno è destinato a cadere anche l’altro.” (BOBBIO, 1986, Il Palazzo e la Piazza).



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

tivas apresentadas e discutidas no Congresso Nacional durante o período de ocorrência das manifestações de 2013.

Durante as jornadas de protestos de junho de 2013, algumas medidas foram anunciadas pelo Palácio do Planalto enquanto ações foram propostas e apreciadas pelo Congresso Nacional. A justificativa utilizada pelos parlamentares foi avaliada com o objetivo de encontrar algum tipo de menção explícita às manifestações. Verificou-se que proposições foram feitas, aprovadas ou recusadas após a pressão política que emergiu das ruas em todo o país.

A análise do Quadro 01 permite dizer que certas reivindicações foram utilizadas por

alguns parlamentares como justificativa em iniciativas apresentadas à casa legislativa. Nota-se que o tema das proposições emergiu quanto mais intensidade e força tinham os atos iniciados em junho. O tema e os conteúdos das iniciativas se relacionam com as demandas dos manifestantes, que, por sua vez, foram utilizadas como justificativas e defesa da aprovação das proposições.

Também é possível perceber que o termo ‘rua’ aparece diversas vezes em várias das justificativas, evidenciando-se o potencial da rua como um espaço político aberto (MACHADO FILHO, 2016; MACHADO FILHO & BORGES, 2017).

## QUADRO 1: As manifestações de 2013 e sua repercussão no Congresso Nacional

PROPOSIÇÃO	TEMA/PROPOSTA	AUTOR	SITUAÇÃO	JUSTIFICATIVA
PEC 362/2013 04/12/2013	Corrupção/Criando o Conselho Nacional de Combate à Corrupção	Beto Albuquerque - PSB/RS	Aguardando Criação de Comissão Temporária pela MESA	Contra a corrupção no país e em defesa de uma representação política e ética moral
PEC 356/2013 27/11/2013	Reforma política (RP)/Tomar facultativo o voto e o alistamento eleitoral	João Campos - PSDB/GO	Arquivada	As manifestações populares levaram milhões de pessoas às ruas e evidenciaram a crise de representação
PEC 334/2013 23/10/2013	RP/Tornar facultativos o alistamento eleitoral e o voto	Sandro Alex - PPS/PR	Arquivada	As manifestações de rua de junho e julho de 2013 despertaram a necessidade de alterar o atual paradigma vigente no sistema político eleitoral.
PEC 329/2013 17/10/2013	RP/Altera a composição dos Tribunais de Contas; submete os membros do Ministério Público de Contas ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e os Conselheiros e Ministros dos Tribunais de Contas ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e dá outras providências.	Francisco Praciano - PT/Am	Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)	O grito das ruas, em junho deste ano de 2013, reverbera os efeitos da péssima governança que marca a administração pública brasileira.
PEC 322 e 314/2013 03/10/2013 e 19/09/2013	RP/Institui o Voto Facultativo.	Mendonça Prado - DEM/SE	Arquivada	Para que o direito (do voto) seja elevado ao nível do sufrágio, possibilitando que, no Brasil, ele seja facultativo.
PEC 310/2013 10/09/2013	RP/Altera a redação do inciso IV, e parágrafo único do Artigo 158 da CF-88, destinando 75% do recolhimento do ICMS aos municípios	Rose de Freitas - PMDB/ES	Arquivada	Porque a população saiu às ruas cobrando melhor saúde, transporte e educação

*Continua...*

PL 6002/2013	RP Administrativa (RPA)/Regulamenta o inciso I do § 3º do art. 37 da CF/88, dispondo sobre a apresentação, o encaminhamento e o processamento de reclamações oriundas de usuários e serviços públicos, bem como sobre a avaliação periódica, interna e externa, da eficiência dos referidos serviços, e dá outras providências.	Rubens Bueno - PPS/PR	Arquivada	A insatisfação com os serviços públicos parece ter vindo à tona abrupta e inesperadamente, ante a virulência das manifestações populares, mas há tempo se registra um completo divórcio entre as expectativas dos usuários de serviços públicos e a qualidade do atendimento a eles dirigido.
PL 6097/2013	RPA/Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 8.429, de 02/06/1992 (Lei da Improbabilidade Administrativa) e dá outras providências.	Bernardo do S. de Vasconcellos - PR/MG	Arquivada	Propõe o projeto de lei, por medidas que visam atender à demanda que vem das ruas
PL 6077/2013	RPA/Altera os arts. 23 § 1º, incisos I e II; 24; e 81, caput e § 1º, da Lei 9.504, de 20/09/2017; arts. 31; 38, inciso III; e 39 caput e § 5º, da Lei nº 9.096, de contribuição das pessoas físicas a partidos políticos e campanhas eleitorais e vedar as contribuições de pessoas jurídicas.	Domingos Dutra - PT/MA	Apensado ao PL 1538/2007	A proposta de reforma política anunciada pela Presidenta Dilma em resposta às manifestações foi recusada pela maioria das lideranças políticas, que preferiram construir um grupo de trabalho para apresentar um texto de reforma política, que se aprovada pelo Congresso será submetida ao referendo no pleito de 2014.
PL 6314/2013	RP/Dispõe sobre a destinação dos recursos do Fundo Patidário para o setor jovem dos partidos políticos.	Wilson Filho - PMDB/PB	Apensado ao PL 2102/2007	As manifestações demonstram a importância do aperfeiçoamento dos canais institucionalizados para a participação política dos jovens nas organizações partidárias existentes ou a serem criadas.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br> 13/05/2017. Elaboração: próprio autor.

No Quadro 02, observa-se que o poder executivo anunciou medidas em respostas às demandas dos manifestantes. Em pronunciamento realizado nos dias 18 e 21 de junho de 2013, após os protestos se espalharem por todo o país, a então presidente Dilma Rousseff disse que "está ouvindo essas vozes pela mudança"<sup>18</sup>, e que "como presidenta, eu tenho a obrigação tanto de ouvir a voz das ruas"<sup>19</sup>.

A análise desses documentos revela que tanto o debate legislativo quanto o executivo absorveu, em certa medida, o tema das jornadas de Junho de 2013 e que, em alguns casos, a agenda governamental foi influenciada pelas vozes das ruas. No caso do governo

federal, a presidência tomou cinco decisões diretamente relacionadas com as principais exigências dos manifestantes.

Deve-se salientar que, na dinâmica da política, "impor uma agenda não significa necessariamente ter êxito, ganhar a disputa; antes, significa ganhar um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover"(OLIVEIRA<sup>20</sup>, 2007, p.15), de modo que também é importante investigar os desdobramentos desses eventos e fazer um balanço sobre os resultados, verificar se houve conquistas ou não. Essas informações podem ser verificadas no site do Congresso Nacional e em reportagens divulgadas na internet por diversos jornais na-

**18** - Fonte: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/dilma-defende-protestos-e-diz-que-governo-ouve-vozes-pela-mudanca.html>>. Acessado em: 10 de Outubro de 2017.

**19** - Fonte: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>>. Acessado em 10 de Outubro de 2017.

**20** - Com base no sentido atribuído à política por Jacques Racière em *O desentendimento: política e filosofia*. A política é, nesses termos, uma relação de poder – poder de realizar algo – e a ação coletiva contenciosa busca promover um efeito político, isto é, alcançar um objetivo. Tem que tomar cuidado com essa definição de política. O Racière tem uma visão diferente da democracia da tua, provavelmente.



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

cionais<sup>21</sup>. Nesse sentido, foi elaborado o Quadro 03 com o que pode ser chamado de efeitos políticos das manifestações.

É possível verificar que projetos ou iniciativas também foram aprovados ou recusados após as pressões dos manifestantes. Medidas polêmicas que suscitaram um amplo debate na sociedade brasileira e amplas manifestações contra a

aprovação, a exemplo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 37/2011), que limitaria o poder de investigação do Ministério Público. Notou-se, também, que proposições cujos temas mobilizaram uma grande agitação nas ruas e adquiriram destaque nos noticiários nacionais foram colocadas em discussão no Congresso Nacional.

## QUADRO 2: Medidas anunciadas pelo poder executivo em relação às manifestações de 2013

DATA	MEDIDA	OBJETIVO
21 de Junho de 2013	O Governo cobrou do Congresso a aprovação da MPV 592/2012	MPV 592/2012 destina 100% dos royalties do petróleo para a educação.
24 de Junho de 2013	Proposta de Plebiscito para Constituinte da Reforma Política	Autoriza o funcionamento de um processo constituinte específico para fazer a reforma política.
21 de Junho de 2013	Anúncio do Plano Nacional de Mobilidade Urbana	Maior investimento em programas que privilegie o transporte público.
08 de Junho de 2013	Programa Mais Médico	Atender à demanda por médicos em municípios do interior, áreas isoladas e periferias de grandes cidades.
20 de Junho de 2013	Pacto pela responsabilidade fiscal	Objetivo de garantir a estabilidade da economia e controle da inflação.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br> 02/06/2017. Elaboração: próprio autor.

## QUADRO 3: Resultados diretos das manifestações de junho

PROPOSIÇÃO/DATA	CONTEÚDO	RESULTADO
PEC <sup>1</sup> 37/2011 25/06/2012	Limita o poder de investigação do MP.	Rejeitada
MVP <sup>2</sup> 611/13 25/07/2013	Autoriza o gasto de recursos com a infraestrutura de telecomunicações durante a Copa do Mundo e etc.	Deputados retiraram da proposição a concessão de recursos para a infraestrutura de telecomunicações relacionadas à Copa das Confederações 2013 e à Copa do Mundo 2014.
PL <sup>3</sup> 323/07 26/06/2013	Destina 100% dos royalties para a educação.	Aprovado: 75% dos recursos para educação e 25% para a saúde.
PLP <sup>4</sup> 264 02/07/2013	Estabelece educação, eleições e proíbe o financiamento de campanhas eleitorais por pessoa jurídica.	Rejeitada pela CCJ por inconstitucionalidade
PL 5900/2013 05/07/2013	Torna corrupção passiva e corrupção ativa crime hediondo.	Pronta para pauta no Plenário.
PL 282 07/07/2013	Tipifica o crime de "caixa dois" eleitoral, com pena de reclusão de cinco a de anos e multa.	Aguardando designação do relator.

Continua...

21 - O Estadão, O Globo, G1, Folha de São Paulo, El país (Brasil) e BBC (Brasil).

Sérgio Borges

PEC 349/01 03/09/2013	Acaba com o voto secreto em todos os tipos de votação	Aprovada
PEC 362/2013 04/12/2013	Cria o Conselho Nacional de Combate à Corrupção	À espera da criação de comissão.

**Notas:** <sup>1</sup> Proposta de Emenda à Constituição

<sup>2</sup> Medida Provisória

<sup>3</sup> Projeto de Lei

<sup>4</sup> Projeto de Lei Complementar

<sup>5</sup> Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Fonte: <http://www2.camara.leg.br> 07/07/2017. Elaboração: próprio autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito maior do presente trabalho foi problematizar como fenômenos da política transformam espaços públicos em espaços políticos abertos e como a Geografia pode se apropriar desse tema e contribuir com o debate sobre as mobilizações políticas que ocorreram no mundo pós-2008.

Esse é um tema que tem adquirido uma notável relevância no âmbito das ciências sociais. Assim, procurou-se analisar a potência política da rua quando acionadas por fenômeno político, a exemplo das jornadas de protestos de Junho de 2013.

Buscou-se chamar atenção para a tensão democrática entre rua e palácio, e que há uma conexão explícita entre os espaços do poder instituinte e os espa-

ços do poder instituído. Logo, espaço e política são indissociáveis. Explicitou-se, a partir do levantamento empírico realizado, o potencial da rua como um recurso político democrático essencial para se instituir mudanças políticas.

Finalizando, reitera-se a ideia de que os espaços públicos não possuem uma natureza política imanente. Esses são, sobretudo, lugares de sociabilidade, pontos de encontros fortuitos e ambientes de lazer e diversão, logo: espaços de sociabilidade. Porém, quando neles irrompem fenômenos políticos – protestos etc., ocorre a subversão dos códigos cotidianos e uma transfiguração de ruas e praças em espaços políticos abertos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, S. L. Espaço público: do urbano ao político. Ed. Annablume/Fapesp, 2008, 1ªed.

BOBBIO, N. Il palazzo e la piazza. La Stampa, n.1, 1986, p.1-2.

CALDEIRA, Teresa P. do Rio. Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2003.

CASTRO, I.E. Espaço político. In:Verbete de Geografia. Revista GeoGraphia, 2017a.

\_\_\_\_\_. Os espaços políticos da democracia. Texto para discussão. GEOPPOL. 2017b.

\_\_\_\_\_. A democracia como um problema para a geografia: o



Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Departamento de Geografia da UFES

Julho-Setembro, 2018  
ISSN 2175-3709

fundamento territorial da política. In: Iná Elias de Castro, Juliana Nunes Rodrigues e Rafael Winter Ribeiro. (Org.). *Espaços da democracia. Para a agenda da geografia política contemporânea*. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, v. 1, p. 15-40.

\_\_\_\_\_. O espaço político limites e possibilidades do conceito. In: Castro, I. E. Gomes, P. C. C.; Correa, L. (Orgs.) *Olhares geográficos*, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand, 2012.

CORNWALL, Andrea. *Making spaces, changing spaces: situation participation in development*. IDS Working Papers 170, October, Brighton, 2002.

FAVRE, Pierre. *Les manifestations de rue entre espace privé et espaces publics. L'atelier du politiste. Théories, actions, représentations*. Paris, La Découverte. *Recherches/Territoires du politique*, 2007, p. 193-213. URL: <<https://www.cairn.info/l-atelier-du-politiste--9782707151933-page-193.htm>>.

FILLIEULE, Olivier. *Stratégies de la rue: les manifestations en France*. Paris: Presses de science Po, 1997.

GEIGER, P.P. O urbano e a estética. *Cidades*. v.2, n.3, 2005, p. 63-87.

GOMES, P.C.C. *Espaços Públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço*. In: Castro, I; Gomes, P.; Correa, R. (Org.). *Olhares Geográficos. Modos de ver e viver o espaço*. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, v. 1, p. 19-42.

\_\_\_\_\_. O silêncio das cidades: Os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. *Cidades (Presidente Prudente)*, v. 2, p. 249-266, 2005.

INNERARITY, D. *A política em tempos de indignação*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. 304 p.

JASPER, J. M. *Protesto: uma introdução aos movimentos sociais*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

LEE, N. How is a political public space made? - The birth of Tiananmen Square and the May Fourth Movement. *Political Geography*, v. 28, n. 1, pp. 32-43, 2009.

LEITE, R.P. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, n. 83, 2008.

LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris:Berlin, 2003.

MACHADO FILHO, G.F. *Espaços da política: a relação entre o espaço político das Assembleias e o espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MACHADO FILHO, G.F. BORGES, S. Quando a rua se transforma em espaço político: espaços políticos abertos e suas conexões com os espaços políticos institucionais. In: XII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2017, Porto Alegre. *Anais do XII Encontro Anual da*

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2017. p. 9129.

MACHADO, Frederico Viana. (2013). Subjetivação Política e Identidade: contribuições de Jacques Rancière para a Psicologia Política. *Psicologia Política*, 13(27), 261-280.

MITCHELL, D. The end of public space? People's park, definitions of the public, and democracy. *Annals of the Association of American Geographers*, 1995.

MONTEIRO, L. B. Espaço público e Urbanismo Pós-moderno. Paranoá. *Cadernos de arquitetura e urbanismo*, n. 2, 2006.

OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Oliveira, Francisco de e Rizek, Cibele Saliba (ORGs.) *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007, p. 15-45.

SERPA, A. O espaço público na cidade contemporânea. Salvador, BA: EDUFBA; São Paulo, SP: Contexto, 2007. 205p.

\_\_\_\_\_. Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. *Geosp (USP)*, São Paulo - SP, v. 15, n.15, p. 21-37, 2004.

SILVA, C.H Matos e. Espaço público político e urbanidade: o caso do centro da cidade de Aracaju. Tese. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2009. 314 p.

STAEHELI, Lynn A; MITCHELL, Don. USA's Destiny? Regulating Space and Creating Community in American Shopping Malls. *Urban Studies*, Vol. 43, Nos 5/6, 977-992, May 2006.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: TRAUGOTT, M. *Repertoires and cycles of collective action*. Durham, NC: Duke University Press, 1995, p.15-42.

TONKISS, F. *Space, the city and social theory*. Cambridge: Polity, 2005.

TOMAS, F. L'espace public, un concept moribond ou en expansion?. In: *Géocarrefour*, vol. 76, n°1, 2001. L'espace public. pp. 75-84.